COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 2011

(Apensados: PL nº 6.892/2013 e PL nº 8.096/2014)

Dispõe sobre o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental.

Autora: Deputada LUIZA ERUNDINA

Relator: Deputado Assis Carvalho

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da nobre Deputada Luiza Erundina, pretende assegurar o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental, além de sua inclusão na cesta básica.

A autora do Projeto justifica sua iniciativa apontando que as diferenças regionais na prevalência e gravidade da cárie são ainda marcantes, indicando a necessidade de políticas voltadas para a equidade na atenção.

Apensados ao Projeto em epígrafe encontram-se:

- Projeto de Lei nº 6.892, de 2013, de autoria do Deputado Takayama, que obriga a inclusão na cesta básica de escova, creme dental e fio dental e dá outras providências;
- Projeto de Lei nº 8.096, de 2014, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior, que altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para incluir escovas dentais, protetores solares e óculos de sol no rol dos bens de consumo com alíquota do PIS/PASEP e da COFINS reduzida a zero.

O Projeto, que tramita sob o rito ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, cabendo às duas primeiras a análise do mérito.

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, o Projeto não recebeu emendas no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão a apreciação da Proposição, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes a seu campo temático e áreas de atividade, nos termos regimentais.

O Projeto de Lei em análise pretende assegurar o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental, além de sua inclusão na cesta básica. Pretende ainda isentar tais produtos das contribuições sociais sobre sua comercialização.

A proposta da nobre Deputada Luiza Erundina é de grande relevância para a saúde pública, uma vez que a cárie é uma das doenças mais comuns na população brasileira, com potencial de evoluir para complicações, como a perda de dentes, infecções locais, endocardites, entre outras.

Embora o Brasil tenha melhorado significativamente em número de casos, há uma enorme distância entre as classes de maior poder aquisitivo e as carentes. Isso ocorre principalmente pela diferença de acesso a medidas preventivas. O atendimento clínico público teve avanços com a inclusão das equipes de saúde bucal no SUS, porém os usuários de baixa renda não têm acesso aos produtos de higiene bucal, pelo seu custo relativamente elevado.

Por este motivo, o fornecimento do "kit" proposto para a população de baixa renda seria um grande avanço para melhorar a equidade do sistema na saúde bucal.

A isenção de contribuições para a importação e comercialização de escovas, cremes dentais e fios dentais é ideia interessante, para facilitar o acesso de toda a população a tais produtos, porém não é adequada mais, uma vez que a Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, já incluiu tais produtos no rol de isenções de contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de: **XXVII - produtos para higiene bucal ou dentária** classificados na posição 33.06 da Tipi;*

O primeiro apensado, PL nº 6.892, de 2013, tem seus objetivos bem atendidos pelo Projeto principal, no que se refere ao fornecimento de produtos de higiene bucal. No que se refere à isenção de impostos, que também é o tema do segundo apensado, PL nº 8.096, de 2014, a proposta é meritória, porém injurídica, pelas razões apontadas anteriormente.

Desta forma, é necessária a apresentação de Substitutivo, que retira tais disposições já vigentes, mantendo as demais.

Pelas razões expostas, na certeza do mérito e oportunidade da proposição, meu voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.263, de 2011, e do apensado PL nº 6.892, de 2013, **na forma do Substitutivo apresentado anexo**, e pela rejeição do PL nº 8.096, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado Assis Carvalho
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.263, DE 2011

(Apensados: PL nº 6.892/2013 e PL nº 8.096/2014)

Dispõe sobre o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura o acesso à população de baixa renda a "kit" contendo escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental.

Art. 2º As unidades da rede própria do Programa Farmácia Popular e as unidades "Aqui tem Farmácia Popular" disponibilizarão, gratuita e periodicamente, o "kit" mencionado no art. 1º às famílias que possuam renda mensal inferior a dois salários mínimos.

Art. 3º Fica instituída a obrigatoriedade de inclusão de escova de dente, creme dental fluoretado e fio dental aos itens que compõem a cesta básica.

Parágrafo único. As cestas básicas referidas no "caput" são as distribuídas pelos empregadores aos seus funcionários em decorrência de convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho ou mediante benefícios fiscais previstos no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, bem como aquelas destinadas ao comércio em geral.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor decorridos cento e vinte dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado Assis Carvalho
Relator

2017-11887